

As coligações, os partidos políticos e o cidadão frente às eleições em Minas Gerais

Convenções partidárias definem candidaturas e coligações

Um pouco ofuscadas pela Copa do Mundo, aconteceram, durante o mês de junho, as convenções partidárias que definiram candidaturas e coligações. Algumas ocorreram de forma pacífica e outras foram tensas e só chegaram a uma definição no último momento.

Entre as que transcorreram sem percalços está a convenção do Partido dos Trabalhadores. Já havia consenso quanto ao lançamento de Fernando Pimentel (PT) como candidato ao governo do estado. Quanto às alianças a serem feitas, não eram problemáticas: esperava-se atrair o maior número possível de partidos que se dispusesse a defender essa candidatura petista. Tampouco havia risco de que algum partido tradicionalmente tratado como opositor acorresse para o lado petista, pois a totalidade deles já se encontrava alinhada com o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

Do lado deste último, a única indefinição estava relacionada a potenciais aliados que demoraram até o último prazo permitido pela legislação eleitoral para definirem candidaturas e coligações. Em razão disso, também no lado do PSDB a convenção esteve de acordo com o esperado.

Entre as convenções mais disputadas está a do Partido Socialista Brasileiro (PSB). Esse partido chegou à convenção com dois pré-candidatos a governador. A proposta de ter candidato próprio disputava com aqueles que defendiam coligação com o PSDB. No final, decidiu-se pela candidatura própria, sem que nenhum dos dois pretendentes fosse o escolhido, mas, por razões bem pragmáticas, acabou sendo lançado o ex-prefeito de Juiz de

Fora, Tarcísio Delgado (PSB), como candidato ao governo. Tarcísio é pai do presidente do partido, o deputado federal Júlio Delgado, o qual preferiu buscar sua reeleição, ao invés de correr o risco de se lançar na disputa pelo governo do estado. A proposta de constituir uma terceira via não parece ser muito acreditada, no primeiro momento, nem mesmo dentro do PSB. A decisão obedece aos interesses nacionais da candidatura à presidência da República pelo partido, os quais se sobrepujaram à conjuntura local.

Em vários outros partidos, prevaleceu a disparidade entre suas instâncias estadual e nacional, as quais pendiam para uma aliança ou com o PT ou com o PSDB. Assim, assistiu-se, por exemplo, ao Partido da República (PR) que, na disputa federal, se aliou à Presidente Dilma Rousseff (PT) em busca da reeleição, mas que, em Minas, defende a candidatura do PSDB. O mesmo aconteceu com o Partido Social Democrático (PSD) e com o Partido Progressista (PP). No caso deste último, o diretório mineiro foi derrotado em votação da executiva nacional. Cabia aos membros da executiva, por delegação dos convencionais, sanar o impasse, mas a reunião em que tal decisão ocorreu foi cercada de críticas e acusações de manipulação.

Enfim, serão oito os candidatos a governador em Minas Gerais neste ano. Os partidos que têm ocupado mais frequentemente o cenário político ou que obtiveram, nos últimos anos, uma quantidade expressiva de votos compuseram três alianças, cada qual defendendo sua própria candidatura: uma proposta pelo PT (Fernando Pimentel); outra pelo PSDB (Pimenta da Veiga); e a outra ain-

da pelo PSB (Tarcísio Delgado). Mais duas candidaturas foram propostas pelas coligações entre PSOL e PSTU (Fidélis Alcântara); e entre PTdoB, PRP, PHS e PEN (André Antonio

A legitimidade dos pequenos partidos

A presença dos partidos considerados menores em pleitos que visam à eleição para governador, senador e presidente da República é objeto de debate. Há dois pontos de vista a respeito dessa questão.

Pode-se, por um lado, defender o direito de partidos pequenos tomarem parte nessas disputas, mesmo que alcancem relativamente poucos votos e, portanto, tenham pouca representatividade. Supõe-se que isso possa garantir que posições minoritárias na sociedade disputem com igualdade o espaço democrático e que tal medida represente o respeito à pluralidade.

Vista sob outro ângulo, a falta de uma cláusula de barreira que impeça tais pequenos partidos de disputarem cargos como o de governador ou o de presidente tem também um lado negativo. Primeiramente, porque recursos públicos estariam sendo destinados a partidos com representatividade menor. No caso das campanhas eleitorais, também o tempo de rádio e televisão – considerado precioso pelos candidatos – deve ser rateado com tais partidos. Quem segue esse raciocínio defende que, para ter legitimidade, um partido deve ser aprovado pela população e que tal apoio se verifica pela quantidade de votos recebidos.

Quem se contrapõe a essa ideia, argumenta que partidos podem nascer pequenos e conquistar o apoio popular ao longo do tempo. Se impedidos de participar de eleições

Um olhar sobre as coligações

Outro aspecto que chamou a atenção neste período pré-eleitoral foi a ambiguidade das coligações. Como dito acima, não houve

Alves). Por fim, também o PCO (Cleide Donária), o PSDC (Eduardo Ferreira) e o PCB (Túlio Lopes) propuseram candidatos próprios, sem que se realizassem coligações.

aos cargos majoritários da nação, não se tornarão conhecidos e não terão como crescer. Só nasceriam “grandes” os partidos que reciclam os políticos que já estão estabelecidos e que, portanto, não oferecem uma real proposta de mudança, mas apenas uma rearticulação do que já está estabelecido. De fato, foi isso que aconteceu na criação de partidos a que se assistiu nos últimos anos, como o PSD, o PROS (Partido Republicano da Ordem Social) e o Solidariedade. Ocorreu apenas uma migração de parlamentares que deixaram o partido pelo qual foram eleitos e foram se agrupar sob a nova legenda.

Além disso, há um comportamento nocivo à democracia por parte de algumas legendas que servem apenas para oferecer uma base para políticos lançarem suas candidaturas, sem nenhuma consistência programática. Em última análise, não parece haver tanta diversidade de ideologia que justifique a existência de 32 partidos no país, para não falar de, aproximadamente, outros vinte que estão em fase de coleta de assinaturas, pretendendo alcançar reconhecimento. Observando alguns dos partidos que se formaram nos últimos anos – ressalvados aqueles que têm uma tradição programática mais consolidada –, é difícil evitar a suposição de que passaram a existir sem um objetivo maior que transcenda ao reposicionamento de seus filiados nas disputas eleitorais.

coerência ideológica e programática alguma na constituição de alianças. Assistiu-se, nos últimos meses, apenas à negociação de con-

dições que possam favorecer a um ou outro candidato. Entra nessa conta o número de prefeituras que um determinado partido detém e que possa garantir maior capilaridade da campanha. A quantidade de deputados federais que um partido conquistou no pleito anterior também se torna interessante, pois é o que determina o tempo de televisão e rádio a que tal partido terá direito. Um partido cujo pré-candidato venha apresentando bom desempenho nas pesquisas eleitorais torna-se imediatamente atraente. Não têm sido raros os casos em que um partido mudou sua coligação no último momento em função de uma pesquisa eleitoral. No caso das eleições para o legislativo, os partidos decidem suas alianças também em função do número de votos que cada candidato deverá ter para se eleger. Esse número varia substancialmente conforme os partidos que compõem uma coligação e essa se torna, portanto, uma decisão tática importante.

Todos esses fatores explicam por que um partido pode seguir, no estado, um caminho diferente da decisão tomada no âmbito nacional. Tal incoerência está longe de ser uma marca apenas de partidos menores. A política de alianças, em todo o país, segue apenas esses critérios pragmáticos em busca de facilidades eleitoreiras.

Esse comportamento costuma ser visto com desconfiança por cidadãos que não atuam no meio político partidário. Acostumados a fazer um discurso moral segundo o qual uma ação só pode ser boa ou má, sem atenuantes ou mediações, muitos eleitores parecem esperar maior coerência dos partidos. Sob tal perspectiva, cada partido deveria defender uma ideologia de modo que não lhe seria possível adotar pesos e medidas diferentes ao defender um parceiro no plano nacional e pondo-se contra ele no plano estadual.

Há, contudo, uma certa prática cotidiana entre os brasileiros que parece ser bem diferente desse discurso moralista pretensamen-

te íntegro. Há décadas estudos antropológicos e sociológicos vêm apontando uma contradição entre o que se diz e aquilo que, de fato, se faz na sociedade brasileira. Parece bastante comum que persista um discurso de lisura, mas que, no final, o indivíduo elabore para si mesmo uma série de justificativas para agir contra as regras que ele próprio diz defender. Cometem-se pequenas (e, às vezes, também grandes) infrações, embora esse agente reconheça e continue dizendo que tal ato é, em si mesmo, errado. É como se houvesse uma relativização moral, em razão de que um determinado ato passaria a ser justificável dadas as situações concretas. Com muita frequência, o raciocínio estabelecido por tais indivíduos soa como falacioso e autoenganador. Contudo, essa dubiedade acaba por prevalecer.

Cabe aqui questionar, portanto, se, afinal, o comportamento incoerente dos partidos políticos não seria apenas um reflexo daquilo que, no cotidiano, se torna um corrente e aceito modo de agir. Cidadãos foram às ruas nas intensas manifestações em meados de 2013 para dizer que os políticos não os representavam. Por mais que as evidências mostrem que esse grito tem uma razão de ser, não parece razoável furtar-se à hipótese de que, na verdade, os políticos brasileiros fazem na esfera pública aquilo que muitos indivíduos praticam em seu cotidiano nos seus interesses privados, tanto quanto na sua ação cidadã. Talvez, afinal, os políticos representem os cidadãos mais do que estes últimos estariam dispostos a admitir.

Não se pretende aqui considerar como legítima a corrupção ou a falta de retidão na prática política brasileira. Tampouco esta análise deve servir para uma generalização que afirme que todos são corruptos e que, portanto, não há salvação para o Brasil. Em sentido inverso, deseja-se problematizar o discurso raso feito no cotidiano e levado ao limite da hipocrisia em análises frequentemente veiculadas pela mídia. Segundo tal

discurso, política é coisa de gente suja e desonesta, o que implicaria dizer – num sussurro quase imperceptível – que “nós”, os cidadãos “de bem” somos bons; maus são sempre os outros.

Essa dicotomia entre “nós” e “eles” (os políticos) é uma simplificação excessiva, um

Infidelidade partidária e fisiologismo

A maneira como são formadas as alianças entre os partidos para disputar uma eleição tem uma consequência apenas indiretamente visível para os cidadãos, mas fortemente sentida pelos próprios políticos. Como já foi dito, as alianças são formadas, na maioria das vezes, tendo em vista interesses conjunturais e em detrimento de uma identidade ideológica partidária. Isso significa que até mesmo os partidos que defendem certa concepção de estado, de sociedade e que vislumbram um projeto para o País acabam por flexibilizar seus princípios tendo em vista sua elegibilidade.

O caso mais flagrante desse comportamento é a Rede que, em 2013, impossibilitada de se estruturar como partido, viu seus defensores se filiarem ao PSB tendo em vista seu desejo de disputar as eleições em 2014. Agora, apesar de todo o discurso pretensamente inovador que ostentavam, estão sujeitos às mesmas condições dos demais partidos, inclusive ao desgaste das discutíveis políticas de alianças.

Comumente aconteceram, ao longo deste ano, situações em que filiados da base ou lideranças intermediárias de um partido não estavam de acordo com as escolhas feitas pela direção partidária. Em algumas situações, a decisão das executivas privilegiou a eleição para os cargos majoritários (presidente, governador e senador), causando dificuldades do ponto de vista dos candidatos a deputado. Instalaram-se conflitos, pois da mesma forma que a executiva do partido leva

falseamento daquilo que, de fato, acontece. A política não é algo separado das práticas sociais cotidianas. Pelo contrário, a ação política apenas agiganta e torna pública aquela incoerência que o indivíduo por vezes se permite entre aquilo que ele diz ser correto e a ação que, de fato, concretiza.

em consideração aspectos conjunturais para tomar suas decisões, o candidato ao legislativo tem suas próprias contingências a considerar. Por vezes, aquilo que seria mais conveniente como tática de campanha para um candidato a deputado, não foi necessariamente o mesmo que a executiva do partido considerou.

Dadas as regras em vigor, é importante dizer que as coligações são indispensáveis para os partidos, segundo as quais todo o jogo eleitoral funciona. As coligações são uma união de forças para melhorar as chances de os partidos que a integram alcançarem seu objetivo de ocupar um dado cargo público. A reafirmação da legitimidade dessa tática se contrapõe a um certo olhar purista que – por ingenuidade ou por fundamentalismo político – associa aliança com uma traição de princípios.

Do ponto de vista do candidato que se elege para ocupar um cargo no Poder Executivo, a partir da coalizão de forças em uma determinada coligação, a negociação com outros partidos se justifica como uma forma de alcançar, no exercício do mandato conquistado nas urnas, a necessária maioria para fazer valer as propostas que deseja implantar no município, no estado ou no país que ele estiver governando.

O fato é que nas eleições deste ano, particularmente em Minas Gerais, as disputas se acirraram de modo especial entre as duas principais forças políticas em exercício no país (PT) e no estado (PSDB). Em torno desses

dois polos se reuniu a maior parte dos partidos políticos.

Neste ponto, porém, começa a haver uma discrepância importante. É bastante significativo o caso do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Antes da convenção partidária o PMDB estava em ebulição. Havia interesses diversos que tendiam a, pelo menos, três caminhos inconciliáveis: a aliança com o PSDB, o lançamento de candidatura própria ou a aliança com o PT. No final, prevaleceu este último desenlace, tendo Antônio Andrade, presidente estadual do partido, integrado a chapa como candidato a vice-governador, ao lado de Fernando Pimentel (PT). Esse desenho só foi possível pela imposição da vontade da executiva nacional do PMDB, da qual Antônio Andrade foi o porta-voz. Na prática os encaminhamentos dados foram uma espécie de intervenção nacional, mesmo que não o seja oficialmente, do ponto de vista regimental.

No entanto, o fato de ter se formalizado a coligação entre PT e PMDB não significa que filiados, presidentes de diretórios municipais, prefeitos e os parlamentares – estes últimos, em plena campanha de reeleição – vão defender a candidatura petista. Em eleições passadas, ocorreu que muitos militantes e dirigentes do PMDB defenderam o voto no candidato do PT para presidente e no candidato do PSDB para governador. Tentando evitar essa rebeldia, a direção do PMDB tem exigido a obediência à aliança oficial, mediante a ameaça de punição que poderia se concretizar como uma não autorização para disputar cargos eletivos em eleições futuras. Seja como for, ainda que não façam oficialmente a campanha em favor do adversário, isso não quer dizer que essas lideranças de base do PMDB se engajarão fervorosamente na campanha em favor do candidato petista.

Prefeitos de cidades do interior se encontram ainda mais vulneráveis. Na forma como

atualmente são distribuídos os recursos públicos, boa parte dos impostos arrecadados fica nas mãos da União e do governo estadual. Desse modo, os prefeitos ficam dependendo do governador para receber recursos indispensáveis para a gestão de seu município. Servindo-se da burocracia, o governo do estado pode sempre encontrar uma maneira de retardar a assinatura de um convênio ou de repassar uma verba, sem ferir a legalidade e condicionando o “benefício” ao recebimento de apoio nas eleições. Há relatos de convênios que são assinados antes do período de campanha eleitoral, estabelecendo que os repasses de verbas sejam feitos apenas parcialmente antes das eleições. O pagamento da segunda parcela ao município se dá apenas após o pleito. Com poucos recursos próprios, os municípios ficam fragilizados nessa correlação de forças em que dependem da boa vontade do governo estadual. Este último se comporta como se, ao cumprir sua obrigação de fazer os repasses de verbas, estivesse fazendo um favor aos municípios e espera o pagamento na forma de apoio eleitoral.

Outro caso de flagrante infidelidade partidária é o posicionamento do grupo ligado ao prefeito de Belo Horizonte, Márcio Lacerda (PSB), cujo partido definiu candidatura própria. Ao que parece, o grupo vai ignorar a decisão partidária e seguirá apoiando o candidato do PSDB.

Essa ameaça de infidelidade que orbita em torno dos partidos políticos é resultado do fisiologismo que prevalece no sistema político nacional. Os fatos aqui descritos retratam apenas acontecimentos que chamam a atenção em momentos pré-eleitorais, mas a incoerência que acompanha o modelo vigente se manifesta também em diversas outras situações do cotidiano político.

Pesquisas de intenção de voto e a sucessão de governador

Ao contrário da eleição nacional, que tem sido acompanhada por várias pesquisas de intenção de voto desde que, no início de julho, foi aberta a temporada de campanha eleitoral, em Minas Gerais um intervalo maior de tempo tem separado as pesquisas eleitorais.

As pesquisas mais recentes datavam do final de 2013, até que, em maio, o Instituto Vox Populi publicou dados que davam ao candidato Fernando Pimentel (PT) a vitória em primeiro turno, com 29% das intenções de votos. No confronto direto com o candidato tucano, Pimentel teria vitória com 35% contra 19% do adversário.

Poucos dias depois, em 02 de junho, o Instituto DataTempo publicou novos dados que davam Pimentel como vitorioso em todos os cenários traçados pela nova pesquisa. Comparando os dois candidatos que obtiverem maior pontuação entre os respondentes, Pimentel aparece com 30,6% contra 19,4% de Pimenta da Veiga (PSDB). Nenhum dos demais candidatos ultrapassou a marca de um dígito.

Falta conteúdo na campanha dos aspirantes ao cargo de governador

Há um consenso entre os que refletem sobre a conjuntura eleitoral: a campanha só começa mesmo a partir do momento em que se iniciam as propagandas de rádio e televisão. Até lá, a possibilidade de se atingir o eleitor fica bastante reduzida. Boa parte deles, segundo o que mostram as pesquisas, embora saiba da ocorrência das eleições neste ano, permanece alheio e ainda não definiu seus candidatos.

Há quem afirme que a atenção do eleitor não é conquistada com os longos programas de rádio ou de televisão, mas pelas inserções mais breves, feitas durante a programação normal. Seja como for, a partir do dia 19 de agosto, as propagandas tratarão de apresen-

Essas pesquisas não contemplavam o ingresso de Tarcísio Delgado (PSB) na disputa. Diversos analistas atribuíam a ele o potencial de provocar alguma mudança no cenário. Delgado vem tentando se consolidar como uma espécie de terceira via.

Finalmente, nos últimos dias de julho, uma nova pesquisa divulgada pelo Instituto Veritá. Fernando Pimentel mantém a vantagem, com 28,2% dos votos, contra 18,8% de Pimenta da Veiga. Aparentemente, esses números apresentam a possibilidade de não haver segundo turno na eleição para governador em Minas Gerais.

No entanto, o Instituto Veritá procurou apurar também o comportamento dos respondentes quando eram informados da associação de Pimentel com Lula e Dilma, e de Pimenta da Veiga com Aécio e Anastasia. Nesse caso, Fernando Pimentel aparece com 33,7%. Pimenta da Veiga chega a 34,1%.

Portanto, o cenário aparece bastante polarizado e ainda é difícil arriscar uma suposição sobre o resultado das eleições deste ano no estado.

tar, para o cidadão, a necessidade de escolher seus candidatos.

No entanto, os atos de campanha pelos quais candidatos pedem voto diretamente ao eleitor já deixam entrever certo tom que – assim parece – poderá prevalecer na campanha feita na mídia. Não acontecendo mudança de rota, haverá pouco debate sobre os problemas reais enfrentados em Minas. Tampouco ocorrerá discussão suficiente sobre o modelo de atuação que se espera do governo do estado.

Subestimando a inteligência do eleitor, a tendência dos diferentes partidos, durante a campanha, é não reconhecer virtude no lado opositor, sublinhar as críticas e apresentar o

seu próprio candidato como o remédio para todos os males.

Até o presente momento, a campanha feita pelo PSDB tem se esforçado para nacionalizar a discussão. Seu discurso pretende indicar que os insucessos do governo federal vão se repetir em Minas Gerais, caso os petistas ganhem aqui no estado. Supostamente, a Presidente Dilma Rousseff teria acumulado um desgaste ao longo do último ano e parece que o PSDB deseja, ao identificar com ela o candidato Pimentel, colocar em desgaste também este último.

Também tem sido valorizado, no discurso de Pimenta da Veiga e seu partido, o lado desconfortável da aliança do PT com o PMDB que abriga Newton Cardoso. Na época em que este último foi governador, o Partido dos Trabalhadores fez uma oposição implacável e, agora, o tem como aliado. É bastante discutível a eficácia dessa tática de campanha.

Além disso, por um lado, deve-se constatar que Pimenta da Veiga tem como trunfo sua afiliação com Aécio Neves que goza de apoio junto à população. Os próximos meses devem mostrar se a transferência de votos de seu padrinho político será suficiente para sustentar a comparação desse candidato com o seu principal adversário. Há razões para suspeitar de que um dos pontos frágeis de Pimenta da Veiga possa ser sua ausência em Minas Gerais na última década, enquanto Fernando Pimentel (PT) concluiu com elevados índices de aprovação popular a sua bem mais recente gestão, e terá as obras de seu governo para apresentar à população.

Ambos os candidatos terão que se haver também com a semelhança de seus nomes, que pode causar alguma confusão para o eleitor menos escolarizado e menos atento às questões políticas. Evidentemente, a indistinção entre um e outro candidato pode – em alguma medida – representar tanto um ganho como uma perda para cada lado, mas dificilmente essa equivocidade pode ser calculada. O fato de que, afinal, o eleitor deva

digitar o número (e não o nome) do seu candidato pode diminuir o impacto da semelhança. Além disso, o aumento da escolaridade entre os eleitores mineiros, que se pode apurar no balanço divulgado pelo Tribunal Superior Eleitoral também pode cooperar para reduzir a relevância dessa proximidade dos nomes dos dois candidatos.

Há, porém, uma confusão que pode beneficiar Fernando Pimentel. Trata-se do fato que, perante uma parcela da população, ele detém a imagem de aliado de Aécio Neves. A confusão não é em nada casual. Pimentel foi prefeito em Belo Horizonte ao mesmo tempo que Aécio era governador de Minas Gerais. Ambos desenvolveram uma proximidade política e partilharam até mesmo semelhanças no modo de governar. Sobretudo, os dois estiveram juntos na articulação que conduziu Marcio Lacerda à prefeitura da Capital nas eleições de 2008. Apenas durante a campanha de Lacerda à reeleição, em 2012, a união pública de Pimentel e Aécio começa a sofrer um desgaste, pois o PT foi alijado da coligação que manteve PT e PSB juntos na prefeitura de Belo Horizonte por vinte anos.

É crucial para o PSDB deixar claro que não é Pimentel o candidato apadrinhado por Aécio, mas sim Pimenta da Veiga. Para o PT, no entanto, essa ambiguidade pode ser útil.

Também Fernando Pimentel tem seus padrinhos. Lula e Dilma Rousseff são para ele importantes cabos eleitorais. No entanto, a julgar pelas pesquisas relativas à eleição presidencial, presume-se que Dilma não obterá a maioria dos votos em Minas Gerais. Por isso, interessa ao candidato petista desvincular o voto para presidente e o voto para governador. A proposta é diminuir tanto quanto possível a vantagem de Aécio frente a Dilma, mas se servir da dualidade que, segundo projeções, vai caracterizar mais uma vez o voto da maioria dos mineiros, a exemplo do que já ocorreu nas três últimas eleições presidenciais.

Tendo em vista esse quadro, o discurso de campanha de Pimentel tem priorizado questões como a regionalização do governo para atendimento das especificidades regionais, educação, saúde e segurança. Nos últimos dias, Pimentel começou a falar de uma proposta de criação de estruturas mistas de governo e sociedade civil para coordenar políticas públicas, mas deve detalhar a proposta apenas durante a propaganda eleitoral.

Para justificar suas propostas, Pimentel faz duras críticas ao governo tucano em Minas Gerais. Como Pimenta da Veiga tem procurado responder a essas críticas, tem se estabelecido um clima de animosidade na campanha que muito pouco contribui para um efetivo esclarecimento ao eleitor, que não consegue estabelecer qual dos dois rivais tem razão.

Por outro lado, Pimentel tem evitado a discussão sobre obras federais em Minas. São temas que se tornaram polêmicos, como a expansão do metrô e a reforma do anel rodoviário.

Também parece que o candidato petista pretende manter distância em relação ao embate nacional, preservando-se de fazer críticas a Aécio Neves. Se este último der aos adversários esse mesmo tratamento e não atacar Pimentel, já contará como contribuição para manter a falsa ideia de que Pimentel é apoiado por Aécio.

Contudo, dificilmente a comparação entre o governo tucano em Minas e o governo federal petista ficará fora do debate. É preciso considerar que Minas Gerais está no centro da disputa que há vinte anos existe no país entre PT e PSDB. De partida, tanto Dilma Rousseff como Aécio Neves se apresentam como naturais deste estado. Para o PSDB, Minas representa a principal base eleitoral na conquista da presidência da República. Para vencer no restante do país, Aécio necessita de uma votação bem superior aqui. Como já dito, para o PT é fundamental reduzir essa vantagem do adversário.

As críticas recíprocas e o desencontro de informações têm tumultuado importantes ações conjuntas dos governos estadual e federal. Um dos episódios mais notáveis deste ano ocorreu no mês de abril, quando Cemig e Aneel fizeram comunicados à população, por meio de propaganda de televisão, em horário nobre, para tratar do aumento da tarifa de energia elétrica. Cada qual atribuía à outra instância a responsabilidade pela elevação de preço, com informações parciais e pouco esclarecedoras para o cidadão alheio às questões políticas de fundo. Foi também bastante conturbada a condução das obras para a Copa do Mundo.

Além das obras já citadas, estão no centro do debate outras que são muito importantes para o Estado, como a duplicação da Rodovia 381, no trecho que liga a Capital até a região do Vale do Rio Doce, e as obras de mobilidade urbana em Belo Horizonte.

Após a Copa, dois outros eventos vêm tomando a pauta da mídia. Primeiramente, a denúncia de que o candidato Aécio Neves (PSDB) teria beneficiado familiares com a construção de um aeroporto em uma fazenda de seus parentes, na cidade de Cláudio, no Centro-oeste mineiro. Em seguida, essa primeira notícia foi ofuscada por uma outra denúncia, segundo a qual as perguntas a serem feitas na CPI do Senado teriam sido passadas aos depoentes previamente. Nenhuma das duas notícias parece irrelevante. Ambas apontam para manipulações e tramoias que ocorrem geralmente longe da vista do público e exigem apuração. No entanto, enquanto elas ocupam o centro da pauta, a discussão dos programas dos candidatos fica prejudicada.

No caso de questões de grande apelo popular como saúde, educação, segurança pública, entre outras, tem prevalecido uma comparação estéril entre as políticas públicas adotadas pelas duas esferas de governo (nacional e estadual). Esses temas têm sido apresentados de maneira muito pouco conclusiva

para o eleitor, pois a abordagem quase sempre tem sido feita de maneira tendenciosa e parcial, com números que oferecem pouca clareza para quem pretende comparar as duas propostas em questão.

Quanto aos demais candidatos, sendo eles partes interessadas, contribuem pouco para o esclarecimento do eleitor. Para um cidadão medianamente informado sobre os acontecimentos políticos, é difícil dar crédito às críticas feitas, por exemplo, pelo PSB que, como é de conhecimento comum, esteve nas últimas décadas atrelado à situação tanto, ao lado do PT no plano nacional e, igualmente, ao lado do PSDB, no plano estadual. O PSB é parte da situação e não será fácil para o elei-

Os custos da campanha eleitoral

A previsão de gastos das campanhas neste ano impressionam. Os dois principais candidatos à presidência da República informaram gastos de quase R\$ 300 milhões cada um. Em Minas, o Partido dos Trabalhadores fez uma previsão de R\$ 42 milhões e o PSDB estimou seus gastos em R\$ 60 milhões. Tais valores podem estar superestimados, pois é permitido gastar menos do que o previsto, mas não se pode superar o custo inicialmente declarado. Por isso, os partidos optam por fazer uma previsão maior, mesmo que não gastem todo o valor informado. Seja como for, esses números tornam o processo eleitoral brasileiro o segundo mais caro do mundo, perdendo apenas para o modelo americano.

Não é difícil compreender as razões que tornam os custos das eleições brasileiras tão elevados. Primeiramente, é preciso considerar que, aqui, o candidato disputa votos no estado inteiro. Isso vale tanto para um cargo abrangente como o de governador ou de senador, mas vale também para um deputado que tem uma atuação regional, mas acaba por estender sua campanha a todas as regiões por meio da propaganda de rádio e televisão. A campanha não é regionalizada, em-

tor crítico acolher essa guinada repentina para o campo da oposição.

Os partidos menores que lançaram candidatos a governador têm uma séria dificuldade de falar com o eleitor. Há muitas razões objetivas para isso, como o tempo de propaganda e os recursos escassos com que conduzem suas campanhas. Entretanto, há também um problema de comunicação. Eles costumam fazer um discurso e se servir de uma linguagem com menor potencial de apelo junto ao cidadão. Nesse sentido, embora cumpram um papel de dar visibilidade a pontos de vista comumente tratados como minoritários, acabam por contribuir menos do que poderiam no debate sobre o modelo de Estado e de gestão pública de que se necessita.

bora sua atuação política tenha uma base bem menor, onde ele realmente busca votos.

Dados publicados na imprensa local informam que um único cabo eleitoral, com a função de distribuir panfletos e circular com bandeira do partido ou de candidato, pode custar entre R\$ 1200 a R\$ 1500 por mês. Quando se considera que Minas Gerais tem 853 municípios, pode-se avaliar que o custo dessa tarefa das mais básicas em uma campanha ultrapasse facilmente a casa de milhão. Quando se põem nessa conta outros gastos mais pesados, como o fretamento de avião para garantir que o candidato circule pelas regiões do estado nos três meses de campanha, equipe de comunicação, programas eleitorais e tantos outros, é possível perceber a proporção industrial que uma campanha começa a atingir.

Na eleição para o legislativo, as cifras são menores, mas não menos exorbitantes. O custo de uma campanha para deputado pode chegar a R\$ 10 milhões, embora o valor médio para a eleição de um deputado federal seja de R\$ 2,5 milhões e para um deputado estadual, em torno de R\$ 1,5 milhão.

Uma pergunta que surge diante desses dados é relativa à fonte desses recursos: de onde, afinal, provém tanto dinheiro? No Brasil, predomina o financiamento privado de campanha. Uma pessoa ou uma empresa pode doar dinheiro para um candidato ou partido. No entanto, nas eleições presidenciais passadas, as doações provenientes de empresas compuseram 98% do total arrecadado pelos dois candidatos mais votados.

Como raramente alguém dá dinheiro sem esperar algo em troca, põe-se em movimento um esquema com grandes chances de se contaminar com corrupção. Estima-se que uma empresa consiga obter vantagens que rendam até vinte vezes mais do que o valor investido no financiamento de um candidato.

Outra pergunta que pode ser feita é por que alguém se candidataria, gastando tanto dinheiro sendo que o salário a ser recebido durante o mandato seria igual ou inferior ao custo da campanha, considerando os valores em vigor atualmente. Embora não se possa partir de um prejulgamento que trate de forma generalizada todos os políticos como corruptos, perguntas como essas se tornam incômodas no sistema atual. Seria importante tornar públicas outras formas de ganho que parecem fazer a disputa pelo cargo público valer a pena.

A possibilidade de empresas fazerem doações para campanhas é um dos temas a serem enfrentados em uma reforma política. No entanto, há vários anos diferentes propostas de reestruturação vêm tramitando no Congresso, sem que se chegue a um desfecho. Em abril, a Comissão de Constituição do Senado aprovou um projeto que proibiria doações por empresas, mas deve passar pelo plenário dessa Casa e depois ainda será apreciado pela Câmara dos Deputados.

A legalidade das contribuições para campanhas por empresas está sendo julgada também no Supremo Tribunal Federal (STF). Dos onze ministros, seis já se manifestaram favoráveis à proibição, mas, no momento, a

discussão está parada, em função de um pedido de vistas por um dos ministros. Não há data para que a votação seja retomada.

Quanto à criação de um limite para os gastos em campanha, o Congresso tinha até 10 de junho para editar uma lei que criasse um teto. Na falta de tal regra, candidatos, partidos e coligações estão livres para estipular os gastos que farão, sendo penalizados apenas se ultrapassarem o limite que eles mesmos se impuseram. Na prática, atualmente o único limite definitivo para os gastos é a capacidade de arrecadação pelo candidato, seu partido e a coligação.

Uma novidade deste ano é o já mencionado resultado parcial da votação no Supremo Tribunal Federal de seis votos a um, considerando ilegal a doação a campanhas por empresas. Mesmo sem validade para a eleição atual, esse fato já parece provocar uma hesitação entre os empresários, temerosos diante dessa situação de insegurança jurídica para as empresas doadoras.

A inexistência de um teto para as despesas de campanha e a origem privada dos recursos são prejudiciais à democracia, pois os candidatos detentores de um elevado poderio econômico acabam por ter vantagens competitivas. Setores sociais que não têm dinheiro suficiente para custear as elevadas despesas ficam efetivamente impedidos de disputar uma eleição. Ao contrário, o financiamento público e a prescrição de um valor máximo de gastos permitido cumpriria o papel de forçar a simplificação e o barateamento das campanhas.

Está em discussão uma alternativa proposta pela *Coalizão Democrática pela reforma política e eleições limpas*, composta por várias entidades e organizações da sociedade civil, entre elas a OAB e a CNBB. Segundo o novo modelo, para escolher vereadores, deputados e senadores, os eleitores votariam em uma lista fechada de candidatos oferecida por cada partido. Haveria um segundo turno também para esses cargos. Os partidos

teriam, nesse segundo turno, o número proporcional aos votos obtidos na primeira fase.

Haveria, portanto, uma campanha para cada partido ao invés de campanhas individualizadas por candidato. Apenas disputando o cargo de deputado estadual há, em Minas Gerais, neste ano, 1.160 pessoas. Se fossem conduzidas pelos partidos, seriam apenas 32 campanhas.

A mídia, as narrativas sobre a prática do mensalão e as instituições públicas no Brasil

No mês de julho, o senador mineiro Clésio Andrade (PMDB) renunciou ao seu mandato, alegando problemas de saúde. A consequência provável dessa renúncia é que o ex-senador deixa de ter direito ao foro privilegiado. Com isso, o julgamento por sua suposta participação no esquema de financiamento de campanha, popularmente chamado de “mensalão mineiro” ou “mensalão tucano”, pode ser transferido para a primeira instância da justiça federal. Cabe ao relator da referida ação penal, o ministro Luis Roberto Barroso, tomar a decisão quanto à transferência do caso.

A julgar pelo entendimento do Supremo quando, em situação idêntica, o senador Eduardo Azeredo renunciou, é provável que Andrade consiga o benefício. No caso de Azeredo, a concessão foi feita por votação no plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), mas o próprio relator pode tomar essa decisão individualmente. Dificilmente o STF poderá tomar, agora, um rumo diverso daquele adota em fevereiro, frente à situação de Azeredo.

Há, pelo menos, duas situações incômodas em relação a esse posicionamento do Supremo. A primeira diz respeito ao fato de que – independentemente de a motivação ser o tratamento de saúde – há uma consequência

Outra vantagem seria tornar mais claras as diferenças de concepções que – supõe-se – devem existir entre os partidos. Desse modo, o eleitor poderia escolher, de fato, entre propostas distintas e não apenas entre pessoas cujo histórico, apesar de toda a facilidade gerada pela Internet, apenas de maneira precária se consegue avaliar.

direta dessa renúncia que é o envio do processo para instâncias inferiores, com a probabilidade de que a morosidade da justiça e as infundáveis possibilidades de recursos levem à prescrição.

A segunda questão é a duplicidade de posicionamentos pelo Supremo. No caso do mensalão petista, os acusados não tiveram respeitado o direito ao duplo grau de jurisdição, isto é, a possibilidade de recorrer a um segundo julgamento por outra instância, visto que já foram julgados pela mais alta corte do País. Causa um estranhamento que, diante deste outro caso, o Supremo resolva respeitar uma regra pouco antes desconsiderada. Para um cidadão que não acompanha a sinuosidade do discurso jurídico, é difícil evitar a sensação de que foram adotados dois pesos e duas medidas no tratamento de coisas iguais.

É preciso evitar, na discussão sobre esse tema, o ponto de vista que reduz o debate a uma comparação estéril e, por vezes revanquista, que tem dominado as redes sociais e parte da mídia. Não se trata simplesmente de comparar a atuação do Supremo no caso do mensalão petista e no mensalão tucano. Ambos os casos têm em comum o fato de começarem como um desvio no financiamento de campanhas, mesmo que depois tenham as-

sumido outras configurações mais complexas.

A julgar pela acusação apresentada pela Procuradoria Geral da República (PGR), ainda que os fins possam ter se tornado diversos, não há diferenças fundamentais no modo de operação dos dois casos de corrupção, daí os analistas identificarem frequentemente o mensalão tucano, ocorrido em Minas Gerais em 1998, como o embrião daquilo que mais tarde se tornaria o mensalão petista. Em ambos os casos houve a prática de atos ilícitos que devem ser apurados e, constatando-se a culpa, punidos.

Há um interesse público em tornar explícitos os meandros e em trazer à luz o submundo das estruturas partidárias e das práticas políticas do País. Afinal, se esses delitos ocorreram em partidos (supostamente) tão distintos como o PT e o PSDB, deve-se compreender até que ponto a corrupção se arraigou nas instituições do país. O adequado entendimento desses casos também pode contribuir para diminuir uma certa ingenuidade que, por décadas, se disseminou e que levava a uma crença rasa de que o bem e o mal se distribuem em um partido e não em outro. Esse tipo de discurso tem permitido que, em determinados momentos, um ou outro partido se apresente como capaz de resolver todos os problemas, ao contrário do outro, que é identificado como causa de todos os males. Uma rápida observação do discurso que se encontra ainda na Internet e nas redes sociais conduz à constatação de que esse ponto de vista excessivamente simples não se extinguiu.

Embora todos os lados pretendam ser portadores da verdade, da ética e da lisura, essa forma de discurso ignora a política como o espaço da contradição, no qual interesses antagônicos se confrontam o tempo todo. Do ponto de vista da retidão na conduta, não se pode eleger um partido como bom ou mau. Isso não torna todos eles iguais. Há diferenças fundamentais nas concepções defendidas

por alguns partidos. Porém, nem sempre os filiados agem em conformidade com o programa ideológico partidário. Por isso mesmo, a participação política é permanente e exige vigilância constante, para que a conduta dos agentes na esfera pública atenda ao bem comum e não a grupos e interesses menores.

Ao se reduzir o mensalão à contraposição entre PT e PSDB, tem ocorrido um empobrecimento do debate. Perde-se, com isso, a oportunidade de aprimoramento das instituições no País, em particular no processo eleitoral que está na origem dos casos de mensalão.

Não parece admissível ignorar que há algo equivocado na forma como se estruturam as eleições no País. O dinheiro que financia campanhas milionárias deve ter uma fonte. Ao se admitirem, por exemplo, campanhas midiáticas com custos exorbitantemente altos, abrem-se portas para variadas formas de corrupção. Afinal, não parece possível afirmar seriamente que o problema da corrupção na política brasileira sejam exclusividade de PT e PSDB. É de se questionar se as medidas mais rigorosas de transparência e de prestação de contas que vêm sendo implantadas serão capazes de resolver esse problema.

Na contramão do interesse público, tem prevalecido um duplo movimento na mídia mineira em relação ao caso. Durante o julgamento do mensalão nacional ou petista, o acompanhamento da mídia se caracterizou pelo discurso justiceiro. Editoriais assumiram, em vários momentos, a defesa da retidão moral, em que mal se ocultavam os prejuízos e o desejo de vingança.

Terminado o apelo midiático do mensalão petista, o caso foi paulatinamente desaparecendo dos noticiários. O veemente clamor contra a suposta inexistência de valores ou a falta de ética na política parece ter arrefecido e não ter alcançado o mesmo fervor diante do mensalão tucano. Tanto em fevereiro diante da transferência do julgamento de Edu-

ardo Azeredo (PSDB) para a primeira instância, como em julho frente à renúncia de Clésio Andrade (PMDB), não houve repercussão maior do que poucas notas. Para ser coerente e imparcial, seria de se esperar que a cobertura jornalística assumisse a mesma postura e o mesmo fervor de antes.

Durante o julgamento do mensalão petista, o partido e o próprio governo criou uma narrativa para os fatos. A mídia se ergueu contra essa interpretação em que o julgamento aparecia politizado; os acusados eram apresentados como vítimas ou heróis da classe trabalhadora; e o próprio processo penal era acusado de ser um golpe da elite para desestabilizar o governo do operariado com vistas a derrotá-lo posteriormente nas eleições. Não cabe aqui avaliar se e em que medida esses argumentos são, de fato, válidos.

Contudo, tem sido feito agora, frente ao julgamento do mensalão tucano, um discurso que pode ser contraposto ao descrito acima quase ponto a ponto. Diferentemente da politização do julgamento feito pelo discurso petista, a narrativa do PSDB pretende despolitizar os atos cometidos por suas lideranças na campanha de 1998. Isso se dá, primeiramente, pela negação de que ambos os casos estejam interligados. Dessa forma, esse partido tenta não sofrer o mesmo desgaste que atingiu o PT. A segunda maneira como o PSDB lida com o tema é afirmando que, se houve delito – assim tem sido dito – são os indivíduos que devem responder por eles, e não o partido que, com isso, se exime da responsabilidade.

Enquanto os acusados do PT apareciam, na narrativa que se fez dos fatos, como heróis, no presente caso, os acusados são tratados como possíveis agentes de um crime comum. Assim, pretende-se, diferentemente do primeiro caso, que o julgamento siga o devido processo penal. Portanto, não parece casual que, aos poucos, cada um dos acusados foi encontrando maneiras de se furtar a um julgamento que se esperava mais severo no Supremo Tribunal Federal.

É com um tom diverso do que adotou perante o caso nacional que a imprensa tem noticiado renúncias e manobras feitas para que ocorra a prescrição e que os réus não possam mais ser punidos. Tais notícias são veiculadas quase sem estranhamento, como se tudo estivesse acontecendo dentro da normalidade.

Muito se questionou a narrativa petista sobre o mensalão nacional, porque nela se contemplam os fatos em sua dimensão política, atribuindo-lhe um caráter de luta de classes. Esse ponto de vista foi fortemente criticado por perder de vista a responsabilidade dos indivíduos nas ações ilícitas que supostamente cometeram.

No entanto, diante do mensalão tucano ocorre agora um mecanismo inverso, mas tem passado despercebido o falseamento operado pela segunda narrativa que quer fazer crer que os delitos praticados não têm relação com os partidos; seriam apenas erros cometidos individualmente pelos agentes.

No próximo número, será discutida a cobertura que a mídia tem feito sobre as eleições.

Base do governo mineiro na Assembleia Legislativa quer a privatização da Gasmig

No final de junho, começou a tramitar na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, uma proposta de emenda à Constituição Estadual motivada pela implantação de uma fábrica de

amônia em Uberaba, no Triângulo Mineiro. A criação dessa fábrica é um projeto da Petrobrás e tem sido apontada como indispensável para que o Brasil passe a produzir 80% do

fertilizante que utiliza na produção de alimentos. Atualmente o país importa mais da metade do fertilizante de que necessita.

Entre os benefícios da implantação da fábrica está a redução do custo com o transporte de amônia, substância utilizada na fabricação de fertilizantes nitrogenados. Diariamente cem caminhões deixam o porto de Santos em direção ao Triângulo, carregados com o insumo. Uberaba é o maior polo produtivo de fertilizantes no Brasil. O investimento necessário para a implantação do projeto será de aproximadamente R\$ 2 bilhões. Com início das operações previsto para 2017, a fábrica deverá produzir 519 mil toneladas de amônia por ano.

Para abastecer a produção de amônia, uma grande quantidade de gás natural é necessária. Para dar conta dessa exigência, o governo de Minas Gerais deverá construir um gasoduto, partindo de Queluzito (a 120 km da capital), com uma extensão de 530 km, até Uberaba. Sem isso, a fábrica não se viabilizaria, pois são necessários 1,25 milhão de metros cúbicos/dia, quantidade impossível de ser transportada por caminhão, dado o alto custo econômico e a imensa logística necessária.

O estado de Minas Gerais diz não ter como bancar esse investimento. Foram consideradas como possibilidades a associação com empresas privadas; a busca de financiamento pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); e um aporte por parte da Petrobrás. No entanto, esta última informou que não vai participar do investimento.

Outra proposta de financiamento que começou a ser aventada é a venda da parte que o Estado de Minas detém na Gasmig. Trata-se de uma sociedade anônima, cujos acionistas são a Cemig (59,6%), a Petrobras-Gaspetro (40%) e o município de Belo Horizonte (0,4%). Atua como concessionária exclusiva na distribuição diária de 4,1 milhões de metros cúbicos de gás natural canalizado em

Minas Gerais, com uma rede de mais de 850 km de gasodutos.

No entanto, para transferir o controle acionário de uma empresa como a Gasmig, é necessário autorização da Assembleia Legislativa. Três quintos dos deputados estaduais devem ser favoráveis. Além disso, a população deve ser consultada por meio de um referendo, isto é, após a aprovação da lei, os eleitores deverão dizer se estão ou não de acordo com ela. Para contornar essa exigência legal, deputados estaduais da base governista fizeram uma proposta de emenda constitucional, conhecida como PEC 68. Os autores dizem que a aprovação rápida da PEC 68 é indispensável para a construção do gasoduto e a implantação da fábrica de amônia.

A referida emenda pretende autorizar a privatização de sociedades de economia mista e empresas públicas não controladas pela administração direta, sem que seja necessária a autorização por meio de lei específica. É exatamente este o caso da Gasmig que é controlada pela Cemig (e não pela “administração direta”).

Os deputados de oposição, porém, temem que essa seja uma manobra que venha a permitir, no futuro, a privatização de outras empresas, de modo particular as subsidiárias da Cemig. Não descartam nem mesmo a possibilidade de que a PEC 68 abra caminho para a privatização da própria Cemig. Deputados de oposição, movimento sindical e outros movimentos sociais entendem que o governo do estado está renunciando a sua soberania ao abrir mão do controle da Gasmig. O sentido dessa afirmação está no fato de que o parlamento mineiro deixaria de analisar quando e se uma empresa estatal deve ser vendida para a iniciativa privada.

Não parece estar em questão nos argumentos apresentados pelos críticos da PEC 68 a construção do gasoduto, mas sim a tentativa de privatização e a forma como o Governo do Estado está conduzindo o processo. O projeto de criação da fábrica data de pelo

menos cinco anos, portanto o governo não teria sido pego de surpresa e já deveria ter se preparado para fazer o investimento agora necessário. Pergunta-se também por que foi feita a opção por esse gasoduto em terreno exclusivamente mineiro, quando teria sido possível contruí-lo entre Uberaba e Ribeirão Preto (SP), com um custo significativamente menor.

Outro questionamento tem sido feito quanto ao fato de que a Cemig vem acumulando lucros bilionários há anos e poderia, em benefício de sua subsidiária, fazer o investimento no gasoduto. Ao invés disso, em meados de julho, a Petrobrás anunciou a venda de sua parte nas ações da Gasmig para a Cemig pelo valor de R\$ 600 milhões. A transação ainda precisa ser autorizada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). A Cemig passará a deter quase a totalidade das ações da Gasmig e, depois disso, ficará aberto o caminho para a negociação com a espanhola *Gas Natural Fenosa*.

O Ministério Público foi acionado por parlamentares de oposição, pedindo que a tramitação da PEC seja suspensa, para garantir o amplo debate na sociedade sobre os impactos que essa emenda constitucional terá. A principal crítica feita pelo Ministério Público à condução dessa Proposta na Assembleia diz respeito à supressão da garantia constitucional de realização do referendo. Estaria sendo sonogado um direito da população de opinar em negócios como esse envolvendo a Gasmig.

Outra questão é a pressa com que a bancada governista pretende aprovar a emenda. Impossibilitados de realizar a votação da emenda no mês de julho, os deputados acabaram por deixá-la para quando voltarem do recesso do período pré-eleitoral. O debate será retomado, portanto, em outubro. Pode ser uma oportunidade para que até lá se amplie e se aprofunde o debate.

Créditos

A análise publicada em *Contextus* não representa a opinião da PUC Minas ou da Arquidiocese de Belo Horizonte. Sua publicação, sob responsabilidade exclusiva do NESP, obedece ao propósito de estimular a reflexão sobre a conjuntura política e outros aspectos de interesse social.

Núcleo de Estudos Sociopolíticos

Avenida Dom José Gaspar, 500 – Prédio 05 – Sala 205

30.535-901 - Belo Horizonte – MG

Site: www.pucminas.br/nesp | E-mail: nesp@pucminas.br | Telefone: 3319-4978

Grupo Gestor

Representantes da PUC:

Adriana Maria Brandão Penzim

Raquel Beatriz Junqueira Guimarães

Robson Sávio Reis Souza (Coord.)

Representantes da Arquidiocese de Belo Horizonte:

Cássio Ferreira Borges - RENS

Frederico Santana Rick - VEAS

José Zanetti Gonçalves – RENSE

Conselho Editorial

Adriana Maria Brandão Penzim

Claudemir Francisco Alves

Raquel Beatriz Junqueira Guimarães

Robson Sávio Reis Souza

Redator:

Claudemir Francisco Alves